



SEM ELEIÇÃO

Conselho Tutelar descumpre lei e não faz eleição

Conselheiros tentaram destituir presidente para esticar mandato por mais três anos. Caso está no MPE

■ Com tantos problemas relacionados à infância para solucionar, o Conselho Tutelar de Estância resolveu descumprir a lei nacional que obrigou todos os Conselhos a realizar eleição no final de 2012. Com isso, qualquer ação da entidade pode ser questionada na Justiça, uma vez que os conselheiros estão com mandatos vencidos e sem autonomia para tomar decisões e assinar documentos.

O ex-conselheiro José Jorge Batista dos Santos lamenta que Estância seja um dos poucos ou talvez o único município sergipano que ainda não realizou a eleição obrigatória. Segundo ele, a lei prevê que após três anos de mandato, esse expira, e os conselheiros perdem autonomia até para assinar documentos.

A novela do Conselho Tutelar de Estância começou no ano passado porque tendo em vista o fato de 2012 ter sido um ano eleitoral, ficou decidido em comum acordo com o **Ministério Público Estadual** que a eleição seria realizada em feve-

reiro, evitando assim uma confusão entre a eleição do Conselho e o processo político eleitoral.

“No ano passado, conversamos com o MPE e decidimos deixar para este ano, mas desde fevereiro que tento realizar a eleição. Já fiz convocação através de edital, procurei o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda -, mas não resolveu nada. Nem com o edital consegui fazer a eleição”, lamenta o presidente do Conselho Tutelar 2 de Estância, José Félix dos Santos.

O presidente alega que teria seguido todas as orientações do Conanda e do Ministério Público, mas ao constatar que não realizaria a eleição, deu por encerrada a reunião. No entanto, após sua saída, os integrantes do Conselho votaram pelo afastamento do atual presidente.

“Em minha ausência, eles votaram pelo meu afastamento. Na verdade, eles estão tentando prorrogar o mandato por mais três anos, mas isso não é permitido por lei. Com isso, estamos tendo um problema interno”, esclarece José Félix.

Com os problemas, o presidente decidiu voltar ao MP e, agora, aguarda uma convocação do promotor da cidade para discutir uma solução para o impasse. ■